

**PROGRAMA DE
ALFABETIZAÇÃO NA
IDADE CERTA:
UMA EXPERIÊNCIA BEM
SUCEDIDA EM FORTALEZA**

Autores:

**Emanuela Queiroz da
Silva** - Mestre em
Planejamento em
Políticas Públicas

**Antônio Germano
Magalhães Júnior** –
Doutor em Educação –
Universidade Federal
do Ceará - UFC

Resumo

As políticas formuladas pela implantação do Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC), pelo governo do Estado do Ceará, têm como meta a alfabetização em um curto espaço de tempo das crianças da rede pública de ensino. O objeto da investigação é a utilização do PAIC, suas práticas pedagógicas dentro da escola municipal de Fortaleza. A demarcação temporal estabelecida nesta pesquisa representa os anos de iniciação do PAIC até os tempos atuais. O objetivo geral desse artigo é de averiguar a implantação do eixo de alfabetização no Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC) em uma escola municipal de Fortaleza. A metodologia é bibliográfica e estudo de caso. Como fundamentação teórica destaca-se: Castro (1998); Freire (1996); Pires (2001); Souza (2003) entre outros. O estudo de caso em relação à técnica de coleta de dados foi realizado em uma Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Aerolândia no Município de Fortaleza. As professoras não tiveram dificuldades em reconhecer o objetivo das atividades alfabetizadoras, diante as repercussões da proposta do programa PAIC “Alfabetizar letrando”, pois o programa já estava sendo utilizado pelas professoras, diante da ida da supervisora a Sobral, para melhor conhecimento do PAIC, e dito como positivo para a prática pedagógica das alfabetizadoras, como informou a vice-diretora. Informou que as consequências esperadas das ações do programa começaram a ser percebidas, devido ao grande compromisso e envolvimento das professoras no decorrer de todo o processo de avaliação. Assim, a pesquisa aponta uma luz da mudança pedagógica, e constata prática inovadora, que fez com que a escola pesquisada tivesse excelente desempenho, diante da mudança das práticas realizadas pelos professores em sala de aula.

Palavras-chave: Alfabetização. PAIC. Mudança pedagógica.

Abstract

The policies formulated by the implementation of the literacy program the right age (PAIC), by the Government of the State of Ceará in the Northeast region have as goal to literacy in a short space of time of children from public schools. The object of research is the use of PAIC, their pedagogical practices within the municipal school of Fortaleza. The temporal demarcation established in this research represents the years of initiation of PAIC until current times. The overall objective of this article is to examine the implementation of the literacy axis in the literacy program at the right age (PAIC) in a municipal school in Fortaleza. The methodology is bibliographical and case study. As theoretical foundation stands out: Castro (1998); Freire (1996); Pires (2001); Souza (2003) among others. The case study about the technique of data collection was carried out in a Municipal School of early childhood education and elementary school, located in Aerolândia in the city of Fortaleza. The teachers did not have difficulties to recognize the purpose of literacy teachers activities, on the repercussions of the program proposal PAIC "Alphabetize literacy", because the program was already being used by teachers, on the way to the supervisory Sobral, for better understanding of PAIC, and said as positive for the pedagogical practice of literacy teachers, as informed deputy director. Reported that the expected consequences of the actions of the program began to be perceived, due to the great commitment and involvement of teachers in the course of the entire evaluation process. Thus, the research points a pedagogical shift light, and that notes a innovative practice, which caused the school investigated had an outstanding performance, before the change of practices carried out by teachers in the classroom.

Keywords: Literacy. PAIC. Educational change

Introdução

A base da alfabetização tem sido nos últimos anos um grave e angustiante problema nas escolas brasileiras. O que fazer? De quem é a culpa? Não adianta colocar responsabilidades nas políticas educacionais, aos gestores, aos pais e aos educadores. É necessário mudar de postura todos os componentes diante dessa situação e, buscar coletivamente respostas para as questões abordadas, pois sabemos que os problemas detectados nas escolas em relação ao alto índice de reprodução, baixo rendimento no processo de aprendizagem leitura e escrita nas séries iniciais é grave. Para essa situação requer trabalho planejado, constante, diário e atualização das didáticas específicas, para todos os indivíduos que fazem parte da educação de um todo no que diz respeito a alfabetizar e educar, para um avanço da educação.

Atualmente, vivemos um momento de muito esforço pela extinção do analfabetismo, mas ainda temos muito que fazer pela universalização da leitura como habilidade eficaz para a cidadania. O fracasso da escola brasileira em alfabetizar, embora seja um fenômeno reconhecido e denunciado há várias décadas, só nos últimos vinte anos transformou-se em preocupação prioritária na área educacional do País.

O tema da escolarização obrigatória como direito e dever, respectivamente, das famílias e do poder público chegou lentamente à agenda pública no Brasil. A leitura era assunto de uma minoria. A partir de 1930 com a Revolução Industrial, houve uma demanda por profissionais qualificados para ocupar funções nos setores secundários e terciários da economia, tal necessidade gerou uma mudança significativa no que se refere às políticas públicas de alfabetização.

Para Freire (1996), o objetivo maior da educação é conscientizar o aluno, principalmente em relação às parcelas desfavorecidas da sociedade, levá-las a entender sua situação de oprimidas e agir em favor da própria libertação. Ao propor uma prática de sala de aula que pudesse desenvolver a criticidade dos alunos, Freire

condenava o ensino oferecido pela ampla maioria das escolas (isto é, “as escolas burguesas”), que ele qualificou de educação bancária.

Nela o professor age como quem deposita conhecimentos num aluno apenas receptivo, dócil. Em outras palavras, o saber é visto como uma doação dos que se julgam seus detentores. Trata-se, para Freire (1996, p. 110), de uma escola alienante, mas não menos ideologizada do que a que ele propunha para despertar a consciência dos oprimidos. “sua tônica fundamentalmente reside em matar nos educandos a curiosidade, o espírito investigador, a criatividade”. Eles diziam que, enquanto a escola conservadora procura acomodar os alunos ao mundo existente, a educação que defendia tinha a intenção de inquietá-los.

E, Freire (1996) criticava a ideia de que ensinar é transmitir saber por que para ele a missão do professor era possibilitar a criação e a produção de conhecimentos. Mas ele não comungava da concepção de que o aluno precisa apenas de que lhe sejam facilitadas as condições para o autoaprendizado. Previa para o professor um papel diretivo e informativo, portanto ele não pode renunciar a exercer autoridade.

Em sala de aula, os dois lados aprenderão juntos, ou seja, um com o outro, e para isso é necessário que as relações sejam afetivas e democráticas, garantindo a todos, possibilidade de se expressar “uma das grandes inovações da pedagogia freireana é considerar que o sujeito da criação cultural não é individual, mas coletivo” (FERRARI, 2009, p. 111).

A motivação principal desse artigo ocorre pela importância da política pública destinada ao processo de alfabetização na Idade Certa empenhada em erradicar o analfabetismo no Ceará. E, tem como objetivo geral averiguar a implantação do eixo de alfabetização do PAIC em uma escola Municipal de Fortaleza que obteve o maior número de crianças alfabetizadas.

A perspectiva metodológica foi construída utilizando-se da pesquisa bibliográfica e de pesquisa de campo, em que a coleta de dados foi realizada através de questionário com sete perguntas, aplicado a vice-diretora da escola pesquisada. A metodologia da pesquisa centrou-se nas contribuições teórica de

vários autores especialmente os que seguem a linha de abordagem sobre o PAIC. Sendo assim, trata-se de um estudo para conhecer as contribuições científicas sobre o tema, tendo como objetivo recolher, selecionar, analisar e interpretar as contribuições teóricas existentes sobre o fenômeno pesquisado.

A pesquisa bibliográfica ou de fontes secundárias, engloba toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, jornais, livros, pesquisas recentes e tem por objetivo, permitir ao cientista o reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou manipulação de suas informações (LAKATOS; MARCONI, 2001).

Na pesquisa de campo é realizada a observação de fatos e fenômenos exatamente como ocorrem no real, a coleta de dados referentes aos mesmos e, finalmente, a análise e interpretação desses dados, com base numa fundamentação teórica consistente, objetivando compreender e explicar o problema analisado.

O contexto urbano em que se insere advém de problemas de ordem econômica e social, que se revelam no dia-a-dia, através dos comentários dos pais, crianças e professores, estando presentes a violência e a pobreza. A escola é considerada zona de fronteira entre os traficantes que ameaçam os alunos de outras favelas rivais que frequentam a escola gerando tiroteios ao redor da mesma. Os alunos comentam com naturalidade as mortes ocorridas na comunidade devido ao tráfico.

2. As Políticas Públicas e Alfabetização no Brasil

As Políticas Públicas têm por finalidade garantir ao indivíduo a sua cidadania, isto é, a satisfação de suas necessidades humanas básicas. O Estado age por intermédio de um conjunto de ações denominadas políticas públicas, e deve ser a expressão pura e genuína do interesse geral da sociedade, enfrentada de forma realista e solucionada à luz do possível consenso como explica Bandeira (1999).

Como aponta Souza (2003, p. 13) as políticas públicas, é,

[...] o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação

(variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações e ou entender por que o como as ações tomaram certo rumo em lugar de outro (variável dependente). Em outras palavras, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real.

Segundo Pires (2001, p. 173) as funções que sustentam as Políticas Públicas são:

- **planejamento:** sob a perspectiva democrática é o exercício árduo de combinar demanda social, determinação e conhecimento técnico da realidade, o que poderá levar a decisões capazes de reverter situações insustentáveis de privação e desigualdade. Cabe ao técnico, no planejamento, a viabilização das opções assumidas pelo centro decisório, na seguinte sequência: equacionamento (variáveis para tomada de decisões X alternativas possíveis com discernimento e com qualidade); decisão (escolha de alternativas); operacionalização (detalhamento das atividades necessárias às decisões tomadas através dos planos, programas e projetos e pelas ações, providências para transformar em realidade o que foi planejado, acompanhamento, controle e avaliação que alimentará o ciclo).
- **orçamento:** Consiste em estimar a receita e fixar a despesa, projetando-as ao longo de um período na busca da sustentação monetária para o planejamento realizado.
- **execução:** nessa função há a materialização dos objetivos e metas. Deve originar elementos de avaliação e redefinição das Políticas Públicas em curso. Nessa função o foco está em arrecadar e gastar as receitas previstas na realização das despesas fixadas.

Mas, para uma melhor qualidade de ensino, deve-se ter em mente a preocupação de escola para todas as crianças, uma escola que as compreenda com a

meta ao ensino-aprendizagem, tornando-as seres que fazem parte de sua história, e que são capazes de lutar por uma escola de qualidade. Assim, A educação constitui o alicerce para a formação da sociedade e do homem, sendo de fundamental importância para o desenvolvimento de um país dentro de padrões estabelecidos pela sociedade com equilíbrio e justiça social.

A educação, então, torna-se um fator estratégico, tendo em vista que o domínio do conhecimento e da informação pelas nações será um caminho para o desenvolvimento econômico, político e social e a dependência entre povos passa a ser construída pela sabedoria em substituição à própria força armada, já que esta última evolui consideravelmente com os avanços tecnológicos que serão privilégios de quem possuir o conhecimento e a informação, ou seja, a sabedoria.

2.1 As Políticas Públicas e a Educação na Alfabetização

A alfabetização escolar, entendida como processo de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita em língua materna, em fase inicial de escolarização de crianças, é um processo complexo e multifacetado, que envolve ações especificamente humanas e, portanto, caracterizando-se como dever do Estado e direito constitucional do cidadão. A característica complexa e multifacetada desse processo parece não ter sido sempre tão evidente por si no âmbito de políticas públicas¹ para a alfabetização, formuladas, implementadas e avaliadas em níveis local, estadual ou federal nas últimas décadas em nosso país.

Segundo Weisz (2001) em relação a taxa de reprovação ao final da 1ª série do Ensino Fundamental, nenhum país do mundo tem índices de fracasso escolar no 1º ano como o Brasil.

¹ Utilizada a expressão políticas públicas no sentido de “conjunto de ações coletivas voltadas para a garantia dos direitos sociais configurando um compromisso público que visa dar conta de determinada demanda, em diversas áreas. Expressa a transformação daquilo que é do âmbito privado em ações coletivas no espaço público” (GUARESCHI *et al.*, 2004, p. 180).

TABELA 1 — TAXA DE REPROVAÇÃO AO FINAL DA 1ª SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL.

1956	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
56,6%	51%	52%	49%	48%	48%	48%	49%	46%	46%	41%

Fonte: IBGE- INEP *In: Weisz (2001, p. 224).*

Segundo a LDB de 1971 no capítulo II consta que (BRASIL, 1971):

Art. 17. O ensino de 1º grau destina-se à formação da criança e do pré-adolescente, variando em conteúdo e métodos segundo as fases de desenvolvimento dos alunos.

Art. 18. O ensino de 1º grau terá a duração de oito anos letivos e compreenderá, anualmente, pelo menos 720 horas de atividades.

Art. 19. Para o ingresso no ensino de 1º grau, deverá o aluno ter a idade mínima de sete anos.

§ 1º As normas de cada sistema disporão sobre a possibilidade de ingresso no ensino de primeiro grau de alunos com menos de sete anos de idade.

§ 2º Os sistemas de ensino velarão para que as crianças de idade inferior a sete anos recebam conveniente educação em escolas maternas, jardins de infância e instituições equivalentes.

Art. 20. O ensino de 1º grau será obrigatório dos 7 aos 14 anos, cabendo aos Municípios promover, anualmente, o levantamento da população que alcance a idade escolar e proceder à sua chamada para matrícula.

Parágrafo único. Nos Estados, no Distrito Federal, nos Territórios e nos Municípios, deverá a administração do ensino fiscalizar o cumprimento da obrigatoriedade escolar e incentivar a frequência dos alunos.

Essa lei tornou obrigatório o ensino até a 8ª série, assegurou a utilização de métodos e conteúdos destinados ao desenvolvimento dos alunos, e garantiu a entrada de todas as crianças na escola, mas não a progressão.

Outro fator analisado foi que a escola era obrigatória para todos. Ao longo da história os legisladores elaboraram leis tanto mais perfeitas quanto mais distantes da realidade. Tal tendência se constitui em uma característica fundamental das classes dominantes. No campo da educação escolar, enquanto a legislação, no sentido de uma escola pública — única; gratuita e democrática — aberta a todos, a atuação prática dos poderes públicos mostra-se bem diferente.

O direito à educação aparece pela primeira vez na Constituição de 1934² (BRASIL, 1934, artigo 149), que estabelece o seguinte: “a educação é direito de todos.”

Há, porém, uma participação popular nas definições das políticas públicas, que no caso das escolas, é possível estabelecer sua analogia entre as relações de poder no interior delas e as existentes entre governantes e governadas, no âmbito nacional. Segundo Weber (1994, p. 139) “[...] toda dominação desperta e cultiva a crença em sua legitimidade.” Um dos locais privilegiados para se fazer isso é a escola. Assim, é mais provável encontrar uma maior proporção de escolas com um ambiente formalmente democrático em um país que vive sob regime democrático, do que em outro, onde se encontra instalada uma ditadura.

2.2 As Leis da Educação

A legislação é um importante instrumento para conhecermos os valores de uma sociedade, ligados dos valores da democracia na Constituição (BRASIL, 1988) e na LDB (BRASIL, 1996). O mais importante dispositivo sobre a democracia, no Artigo 1º, que afirma o Brasil como um Estado Democrático de Direito, cujos fundamentos são: “a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político” (incisos I a IV).

No capítulo III da Constituição (BRASIL, 1988) que trata “Da Educação, Da Cultura e do Desporto”, onde enfatiza o princípio da “gestão democrática do ensino público” (art. 206 inciso VI), que afirma a “igualdade de condições para o

² Constituição de 1934. Disponível em: <<http://planalto.com.br>>. Ver anexo B

acesso e a permanência na escola” (inciso I).³ A Constituição parte, pois, do princípio de que todos, sem distinção de origem, raça, sexo, idade ou confissão religiosa, perante a lei têm os mesmos direitos.

Assim, a democracia é um valor afirmado na legislação brasileira, tanto no que se refere aos princípios gerais da Constituição quanto àqueles que mais diretamente dizem respeito à educação. Em se tratando de democracia como processo, verificamos que a possibilidade de se afirmar um valor sem uma correspondência direta, do ponto de vista de viver esse mesmo valor, a democracia é algo em permanente construção.

As explicações dessa realidade democrática resultam no fracasso escolar como fonte de preocupação em nosso país. “Nos anos 1960 essa preocupação se acentuou e muito dinheiro foi investido em pesquisa para tentar compreender o que havia de errado com as crianças que não aprendiam” (WEISZ, 2001, p. 225).

Outras explicações surgiram após perceberem que os exercícios de prontidão não resolveram o problema do fracasso escolar, então surgiu o fator nutricional, baseada no fato que o aluno não aprendia porque tinha fome. Essa explicação levou os sucessivos governos a expandir o Programa da Merenda Escolar, o qual se tornou um dos maiores programas sociais do país. Mas, pesquisadores da área médica comprovaram que a fome não era responsável pelas dificuldades de aprendizagem. (OLIVEIRA; ADRIÃO, 2007).

Essas preocupações geraram inquietações, até que aprovaram no Congresso a nova Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996), a qual no artigo 32 ressalta a importância da aprendizagem da leitura e escrita no Ensino Fundamental.

Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante a redação dada pela Lei nº 11.274/2006.

³ Ver artigo 206, inciso I e VI da Constituição de 1988 (Anexo D)

I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Afirma Castro (1998) que a segunda metade dos anos 90, portanto, constitui-se no momento da vitória da sociedade brasileira sobre a exclusão escolar, através da garantia de escola para todas as crianças e jovens de 7 a 14 anos de idade. Porém, com implicações da enunciada vitória, ao tempo em que se lhes garantiu o acesso à escola, vem se agravando a negação àquele direito anterior que provê o sentido e a razão da existência da escola, qual seja, o direito de aprender.

As estratégias de gestão educacional e pedagógica de que o sistema brasileiro lançou mão para enfrentar a negação da primeira condição de acesso ao direito de aprender, qual seja a aquisição, na idade adequada, da habilidade de ler e escrever fornece uma ampla agenda positiva de investigação de novos modos de conceber e operar políticas públicas, capazes de enfrentar com os recursos existentes, os desafios que a construção de uma sociedade mais justa e democrática coloca à escola pública brasileira.

3. Programa de Alfabetização na Idade Certa

No Estado do Ceará, no município de Sobral, a partir do ano de 2000, foi realizado um diagnóstico dos alunos das primeiras séries do ensino fundamental e uma avaliação do nível de leitura dos estudantes da rede pública do município com oito anos de idade, sob a consultoria do presidente do conselho de educação, professor Edgar Linhares. O resultado apontou que mais de 50% dos alunos não

sabiam ler (CEARÁ, 2006). O resultado gerou discussões na equipe da Secretaria da Educação, que na época tinha como titular o deputado Ivo Gomes. O fato foi discutido entre os educadores e divulgado a sociedade.

A erradicação do analfabetismo escolar passou a ser a prioridade. Foram estabelecidas duas metas: alfabetizar as crianças de até sete anos e as maiores de sete anos que não soubessem ler. A meta, embora ousada para a realidade de então, deveria ser o comum. Ao final do segundo ano do ensino fundamental, todas as crianças deveriam estar alfabetizadas.

3.1 A Implantação do PAIC e a Política de Alfabetização no Ceará

A Secretaria de Desenvolvimento da Educação definiu a alfabetização como prioridade da gestão 2001/2004, que demandou a implantação de uma política de alfabetização com as principais diretrizes e ações posteriormente garantidas em lei municipal, como formaliza (CEARÁ, 2006).

- Ampliação do ensino fundamental para 9 anos, com a inclusão do atendimento das crianças de 6 anos enturmadas em uma série específica denominada 1ª série básica;
- Lotação criteriosa de professores para as salas de alfabetização e acompanhamento permanente dos resultados;
- Programa de formação continuada para todos os professores que garante a aplicação de rotinas pedagógicas voltadas para o programa de ensino;
- Garantia de gratificação salarial para professores titulares das salas de alfabetização dos critérios estabelecidos pela Secretaria;
- Avaliação externa semestral de todos os alunos em processo de alfabetização e a criação de informatizado para análise de dados;
- Estabelecimento do prêmio Escola Alfabetizadora;
- Eliminação do analfabetismo de 2ª a 4ª séries na rede municipal;
- O envolvimento da comunidade escolar, especialmente os pais.

Pelo caráter de prioridade, as diretrizes e metas de aprendizagem foram estabelecidas pela Secretaria de Desenvolvimento da Educação, sendo incorporadas ao plano de desenvolvimento das escolas. A gestão pedagógica da escola é de responsabilidade do diretor e da equipe composta por ele. Para isso conta com o acompanhamento e apoio da Secretaria, e a ela presta contas sobre os resultados alcançados pela escola.

Apesar de todos esses fatores terem relevância na rede de interações que geram os produtos dos sistemas educacionais e das escolas, nenhum deles tem, em si, um caráter impeditivo do sucesso. Portanto, a condição econômica desfavorecida não condena necessariamente os alunos a fracassarem. Isto não minimiza o grande desafio que representa a construção de sistemas públicos de qualidade, mas põe em cheque uma cultura de fracasso escolar que a priori penaliza grande parte da população de crianças e jovens. Às condições desfavoráveis deve-se responder com mais qualidade institucional, mais estímulo à participação da família e mais compromisso político. Quanto mais baixo o nível sócio-econômico dos alunos, mais a escola é importante e pode ter um efeito fundamental em sua aprendizagem (CEARÁ, 2006).

3.2 Política de Alfabetização

Na política de alfabetização das crianças como prioridade exigiu a criação e implementação de um conjunto de ações que impactassem as condições de atuação do professor em sala de aula, como informa Ceará (2006), tais como:

- INCLUSÃO DO ATENDIMENTO DAS CRIANÇAS DE SEIS ANOS NO ENSINO FUNDAMENTAL A PARTIR DE 2001. Em 2003, praticamente já atingimos a universalização deste atendimento. Isto vem potencializando a alfabetização das crianças aos 07 anos;
- UMA PROPOSTA METODOLÓGICA DE ALFABETIZAÇÃO. Contratou-se um consultor experiente em alfabetização no Ceará para apresentar e coordenar a proposta de alfabetização e também uma formação em serviço para os professores alfabetizadores;

- MATERIAL DIDÁTICO. O consultor coordena uma equipe que elabora mensalmente o material didático utilizado nas turmas de alfabetização; além de se garantir para a escola um acervo de três livros de literatura infantil por aluno em processo de alfabetização e um conjunto de brinquedos e jogos pedagógicos;
- INCENTIVOS SALARIAIS. Criou-se, através de lei municipal, uma gratificação salarial para todos os professores lotados em turmas de alfabetização tanto da Meta I quanto da Meta II (R\$ 100,00 por turma);
- PRÊMIO ESCOLA ALFABETIZADORA. Este, em 2001 e 2002, premiou as cinco escolas do município que conseguiram os melhores resultados de alfabetização. Considerando os resultados promissores, em 2003, ampliou-se a premiação para todas as escolas que atingirem, no mínimo, 90% de alfabetização das crianças. Nas escolas premiadas, cada professor-alfabetizador recebe R\$ 1.000,00; os coordenadores pedagógicos, R\$ 1.250,00; e o diretor, R\$ 1.500,00;
- SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO EXTERNA. Esta prioridade da alfabetização das crianças levou o município a implementar um procedimento de avaliação externa no sentido de se ter um controle do desempenho de cada aluno e de garantir as intervenções necessárias durante o processo de alfabetização. A avaliação é externa à escola, mas coordenada pela secretaria de educação municipal. Acontece ao final de cada semestre letivo;
- FORTALECIMENTO DA GESTÃO ESCOLAR. Uma ação da política macro da secretaria de educação, mas que teve todo um alinhamento à prioridade de alfabetização das crianças. Esta se efetiva em várias frentes. Primeiro através de seleção de diretores por critérios meritocráticos, depois pelo fortalecimento da autonomia escolar, tanto administrativa quanto pedagógica e financeira. Além do desenvolvimento de uma postura, junto aos diretores, de monitoramento dos dados educacionais de cada escola, especialmente

dos de alfabetização das crianças. Neste conjunto de ações, a secretaria de educação também criou uma sistemática de acompanhamento à gestão das escolas através da superintendência escolar.

Vale ressaltar, que as políticas de alfabetização das crianças no município de Sobral existem ações cuja coordenação e gestão é da própria secretaria de educação e outras coordenadas são geridas pelas escolas. A secretaria, portanto, define metas e diretrizes, garante a proposta de alfabetização e formação continuada dos professores e os insumos necessários à implementação destas, realiza avaliação externa e garante os incentivos voltados para a ação alfabetizadora. As escolas, por outro lado, fazem diagnósticos para formação das turmas, lotação criteriosa de professores alfabetizadores, acompanhamento pedagógico permanente, controle de resultados, entre outras.

4. Investigação da Pesquisa

O caminho percorrido neste trabalho caracterizou-se, inicialmente, pela pesquisa bibliográfica reunida, constituída de documentos, tais como: leis, pareceres, manuais, boletins informativos entre outros. Desse material, foi elaborada uma investigação temática, refletindo-se sobre aspectos políticos do contexto no qual a escola pública se encontra quanto ao processo de gestão democrática e participativa. Essa interface da metodologia pressupõe alguns esclarecimentos prévios dos elementos de compreensão sobre os desafios pertinentes ao gestor que insere na escola aspectos democráticos e participativos.

A segunda etapa ocorreu com a aproximação da pesquisadora a vice-diretora da unidade escolar, objeto da pesquisa. Nesse contato inicial, foram verificadas as situações e possibilidades de forma a definir a disponibilidade para o preenchimento dos instrumentos o tempo, o local, a postura adotada durante a coleta dos dados e o retorno em forma de encontro científico sobre o PAIC, que é o pioneiro na implantação e gerenciamento de um processo de avaliação que visa à

construção da autonomia dos municípios cearenses no diagnóstico e intervenção para a melhoria da qualidade da educação.

Os aspectos éticos da pesquisa foram preservados na medida em que os participantes sujeitos do estudo tiveram suas identidades preservadas, embora houvesse a possibilidade de identificação, se o respondente assim o desejasse. O nome da instituição de ensino visitada, e a liberdade de participar ou se retirar em qualquer tempo de execução do estudo, além da garantia de que as informações construídas serão utilizadas somente para fins científicos, também foram respeitados.

4.1 Tipo de Estudo

A tipologia desse estudo é de natureza qualitativa e descritiva, com análises inferenciais tendo como base a fundamentação teórica utilizada. Este procedimento permitiu coletar dados através da entrevista de caracterização da Gestão Democrática da escola, associada às observações e auscultas junto aos sujeitos da amostra em situações variadas dentro do espaço do estudo. Este fato tornou possível outras formas de comunicação durante o processo.

Realizou-se uma investigação de Estudo de Caso por apresentar maior flexibilização na delimitação da unidade do estudo, na aplicação do instrumento de coleta de dados, análise e interpretação dos dados e redação do relatório final. Foi utilizado esse procedimento, pois foi selecionado apenas um objeto de pesquisa, obtendo grande quantidade de informações sobre o caso escolhido, e, conseqüentemente, aprofundando seus aspectos. O estudo de caso é uma prática que tem como limitação a impossibilidade de generalização de seus dados

Aconteceram entrevistas informais, classificando-as como relevante na busca de evidências que descrevessem o fenômeno estudado. O mérito dessa escolha está centrado nas frequências, quantidades e medidas em que os fenômenos que caracterizam a implantação do PAIC na Escola Municipal em Fortaleza. As entrevistas permitiram maior sistematização das informações obtidas, além, é claro, da análise documental, que complementou os dados obtidos através da observação, da entrevista, apontando novos aspectos da realidade estudada.

4.2 Características da Escola de Ensino Infantil e Fundamental de Fortaleza–CE

A Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Professora Edith Braga situada no bairro da Aerolândia, região de população de estrato médio de renda, cuja dependência administrativa está na Regional II, pertence à rede municipal de ensino, está localizada na Rua Capitão Vasconcelos, 1061, Aerolândia, nesta capital, e está legalizada junto ao Conselho Estadual de Educação, através do Parecer nº 1.178/1996 – CEE.

A tabela 1 mostra o mapa de turmas do ano de 2011, contendo nº de salas, tanto nos turnos da manhã, tarde e noite, assim como a quantidade de alunos da Educação infantil (manhã e tarde), Fundamental I (manhã e tarde) e turmas da EJA (noite) e a quantidades de alunos com Necessidades Especiais (manhã, tarde e noite).

TABELA 2 — QUANTIDADE DE TURMAS E ALUNOS POR NÍVEL DE ENSINO NA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA EDITH BRAGA (EMEIF) – 2011.

Salas		EI	EF 1 ^a -5 ^a	EJA	TOTAL
20	Turmas	6	24	5	35
	Alunos	127	545	136	808
TOTAL		133	569	141	843

Fonte: Secretaria Municipal de Educação – SME (2011).

O corpo docente dessa Escola é formado por 44 (quarenta e quatro) professores habilitados na forma da Lei Regina Lucia da Silva Moraes, devidamente habilitada, conforme registro nº 6.952, responde pela secretaria escolar.

4.3 Técnica de Coleta dos dados

A coleta de dados foi realizada mediante o uso da entrevista com sete perguntas (abaixo) por permitir conhecer as características da amostra,

possibilitando ainda a medição estatística de variáveis individuais e grupais em relação ao fenômeno estudado.

- 1) Em que ano o Programa de Alfabetização na Idade Certa foi implantada na escola? Quem participou da implantação?
- 2) De que forma aconteceu a implantação do PAIC?
- 3) No decorrer da implantação o que foi observado em relação ao processo de aprendizagem dos professores e alunos?
- 4) Quais as estratégias utilizadas para a implantação do programa?
- 5) Como surgiram as metas de aprendizagem e como foram estabelecidas?
- 6) Quais as considerações em relação ao PAIC como um instrumento no processo de alfabetização?

A conjugação da utilização da entrevista informal foi para favorecer a obtenção de discursos não previstos nas questões elaboradas e aplicadas, que, conforme Haguette (1995) é um processo de interação social entre duas pessoas, no qual uma é o entrevistador que visa a obter informações do outro, que é o entrevistado. O autor salienta que afirmações subjetivas estão sempre envoltas em reações que devem ser levadas em conta, como o estado emocional do entrevistado, suas opiniões, atitudes, crenças e valores, posto, que refletem o retrato, que ele tem do fenômeno investigado.

Na validação procurou-se captar a percepção representativa dos sujeitos na dimensão do conteúdo e prática da gestão. Nesse sentido, as questões tiveram que ser reelaboradas com linguagem adequada, além de tornar claro, para cada segmento, as diversas modalidades de gestão e ações democráticas que deveriam, conforme a literatura pertinente, serem executadas pela gestora no espaço escolar, de forma a se identificar essa percepção.

4.4 Análise dos Dados

Compreender o papel que o percurso trilhado pelo Programa Alfabetização na Idade Certa, que vem mostrando a grande contribuição no repensar sobre o processo de alfabetização, exerce na escola pesquisada, uma fundamental prática educacional dos educadores.

As questões foram objetivas e claras e a entrevistada expressou livremente suas opiniões. As perguntas direcionadas a vice-diretora, em relação ao objetivo da pesquisa foram alcançados, pois com clareza e conhecimento foi esclarecida a implantação do PAIC, na escola, ora pesquisada. O caminho para que essa compreensão se tornasse possível foi observada de maneira crítica a opinião da vice-diretora sobre a importância do PAIC no processo de alfabetização, que exerce na escola e no cotidiano.

4.5 Análise da Entrevista Realizada com a Vice-Diretora

Dando início a entrevista, em relação à **pergunta 1**, em relação ao ano em que o PAIC foi implantado na escola e quem participou da implantação, segundo a vice-diretora “em 2006 estive em Sobral e conheceu o trabalho desenvolvido para erradicar o analfabetismo (PAIC) neste município, e resolveu colocar em prática com os professores da escola Edith Braga, agindo como formadora do Programa. E, em 2009, quando o PAIC chegou a escola, os professores já estavam familiarizados ao programa.”

A equipe da escola Edith Braga visando o fortalecimento técnico-pedagógico não se limitou simplesmente em elaborar ou divulgar os resultados, mas sim na interação da avaliação da escrita, como determinado aluno escreve com encadeamento lógico, sustentado na escrita alfabética ortográfica, nos sinais de pontuação adequadamente, as letras maiúsculas e minúsculas. Essas informações sinalizam em que pontos a professora deve intervir.

Em 2006, o nível de escolaridade definido pelo PAIC, em que o processo de alfabetização deve estar consolidado, foi o 2º ano do Ensino Fundamental, o

qual corresponde à antiga 1ª série⁴. Essa escolha se deu em função do reconhecimento de que melhorias substanciais e consistentes na qualidade do ensino fundamental

Contudo esse programa foi implantado em Fortaleza somente em 2008, e que em 2011 obteve o melhor resultado do SPAECE no município de Fortaleza.

Em relação à **pergunta 2**, quanto a implantação do PAIC, de que forma aconteceu na escola Edith Braga, a vice-diretora foi bem enfática ao afirmar que: “através de rotinas de estudos, tanto para os alunos quanto aos professores com as semanas pedagógicas”.

As metas com alunos de Jardim III até o 5º ano foram atingidas e quando o PAIC chegou a escola em 2009 tanto os professores quanto os alunos já estavam bem acostumados as novas rotinas de aprendizagem. Assim, o estabelecimento dessas metas junto ao PAIC, sinalizou, portanto, para a escola Edith Braga, o surgimento de um esforço em prol de um bom desempenho das metas e prestígio da instituição junto a comunidade.

Com base nessa fundamentação, pode-se dizer que a avaliação proposta pelo PAIC, tem como propósito principal melhorar a qualidade do processo de aprendizagem, pois seus resultados são direcionais para as intervenções pedagógicas direcionadas pelo eixo de alfabetização. Diante dessa ideia Condemarín; Medina (2005, p. 13) ressalta que:

[...] mais do que medir ou julgar uma experiência de aprendizagem, a avaliação permite intervir a tempo para assegurar que as estratégias e os meios utilizados na formação respondam aos objetivos propostos, às características dos alunos a ao contexto no qual ocorre a aprendizagem, para que a experiência seja bem sucedida.

Segundo a vice-diretora da escola ora pesquisada, “o PAIC é, sem dúvida, o pioneiro no gerenciamento e na implantação de um processo de avaliação para a melhoria da qualidade da educação. As metas foram atingidas e despertou a

⁴ De 2006 em diante, as escolas municipais começaram a oferecer o ensino fundamental a crianças a partir de seis anos de idade, em razão da promulgação da Lei nº 11.114/05. Dessa forma, a duração desse nível de ensino foi ampliada de oito para nove anos.

responsabilidade do professor em chegar ao ideal, dando uma informação mais real. A atuação do PAIC é realmente pedagógica, e serviu para avaliar muita coisa, não só a criança, mas o trabalho pedagógico.”

E, no decorrer da implantação, foi observado em relação ao processo de aprendizagem dos professores e alunos, **pergunta 3**, que: “a escola, antes de tudo, deve promover aprendizagens múltiplas e saberes necessários aos educandos para que estes possam tomar decisões de maneira autônoma e consciente, pois esta é uma exigência da pós-modernidade.

Essas mudanças acontecem de maneira imprevista e aligeirada; e acreditávamos que poderíamos chegar até lá. No entanto, não observamos nas escolas brasileiras uma considerável transformação, pois os baixos índices de aprendizagem tornaram-se pontos cruciais nos debates sobre educação.

Portanto, precisamos enfrentar essas mudanças sabendo que elas envolvem grande margem de incerteza. E, é com esse pensamento que a escola pesquisada se baseou para o crescimento diante da implantação do PAIC.

Logo, a escola necessariamente deverá trabalhar com cenários de futuro para que não seja surpreendida diante de numerosas mutações e do caos que se acentua no período da “superindustrialização” propagado por Toffler (2001). Para tanto, não devemos negar as mudanças, mas planejarmos “(...) estratégias criativas para moldar, desviar, acelerar ou desacelerar seletivamente as mudanças.” (TOFFLER, 2001, p. 301). Assim, sonhar com cenários futuros será a melhor maneira de se pensar sobre a mudança.

Vale ressaltar que os cenários são pequenas histórias sobre futuros possíveis, que envolvem processos de criatividade e intuição, mas que também servem como tomada de decisões. A mudança implica a quebra de paradigmas, e para incorporá-la como verdadeira, depende de imagens e valores que devem conduzir as ações humanas.

Desta forma, a mudança se sobrepõe aos nossos interesses pessoais. Sendo assim, o homem precisa adaptar-se a esses novos contextos, para que não fique a mercê dessas mudanças, pois “(...) quanto mais rapidamente o ambiente mudar e

se inovar, mais o indivíduo necessitará de processar informações a fim de tomar decisões efetivas e racionais.” (TOFFLER, 2001, p. 283).

O objetivo das atividades apresentadas pelo PAIC, quanto ao esquema em relação a aprendizagem dos alunos, para alfabetizar letrando, a sua organização, o conceito de atividades estruturantes e atividades alimentadoras, a descrição dos materiais do aluno e do professor e a sugestão de rotina didática, fazem parte da rotina proposta pelo Programa de Alfabetização na Idade Certa.

Nessa proposta o professor teve a oportunidade de ver passo a passo do seu dia na sala de aula, pois nela está explicitada cada etapa, ou bimestre, onde cada etapa está dividida em dois meses.

Vale ressaltar que a proposta foi pensada para quatro etapas, totalizando oito meses de efetivo trabalho de alfabetização e letramento. Cada etapa teve sua fundamentação teórica, que buscou suscitar no professor o prazer da leitura como forma de aprender para desenvolver a competência teórica na utilização das atividades sugeridas.

Apresentada ainda a reflexão teórica dos temas sugeridos em cada etapa, principais atividades, sugestões de jogos, material a ser utilizado bem como os objetivos didáticos das atividades e sua orientação didática

Cada etapa teve sua fundamentação teórica, que buscou suscitar no professor o prazer da leitura como forma de aprender para desenvolver a competência teórica na utilização das atividades sugeridas. Apresentada ainda a reflexão teórica dos temas sugeridos em cada etapa, principais atividades, sugestões de jogos, material a ser utilizado bem como os objetivos didáticos das atividades e sua orientação didática.

Os Cartazes Didáticos são outros aliados do professor no trabalho de alfabetização com os alunos, pois foram criados para proporcionar ao aluno contado direto com a estrutura dos gêneros textuais e com a escrita propriamente dita.

Quanto à **pergunta 4**, em relação as estratégias utilizadas para a implementação do programa, a vice-diretora junto com o núcleo gestor da escola traçou as seguintes estratégias:

- “1º: Formou coordenações para cada faixa etária dividindo o trabalho com as orientadoras, supervisoras e vice-direção da escola. As orientadoras no primeiro momento se recusaram. Elas passaram um ano e desistiram. A Rosanyr como vice-diretora coordenava as turmas do 1º e 2º ano, ela viajava à Sobral mensalmente e ficava entre dois a três dias inserida nas formações do PAIC e em salas de aulas para aprender a sistemática do programa.
- 2º: Criou momentos de estudos e associou a teoria e a prática na sala de aula. Resolveu trabalhar inicialmente com as transgressões de ordem moral e convencional dos alunos, levando os professores a refletirem e a tomarem decisões, tendo em vista que as questões de indisciplina atrapalhavam a aprendizagem dos alunos, essa ideia ela trouxe das observações *in loco* (Sobral).”

Todos os assuntos estudados partiram do interesse dos professores. Nos momentos de estudo ela estipulava uma hora para as lamúrias e depois buscava as soluções com o grupo, criando um quadro de soluções. Com os estudos percebeu que faltava conhecimento dos professores e por esse motivo não colocavam em prática.

- “3º: Escolher os professores com perfil de alfabetizadores e colocá-los nas turmas do 1º e 2º ano.
- 4º: Estabeleceu metas de aprendizagem de acordo com os descritores de aprendizagem.
- 5º: Construiu a missão da escola com o corpo docente. A proposta da escola é ler e escrever a base para a cidadania.”

Em relação a **pergunta 5** do questionamento, em relação as metas de aprendizagem e como foram estabelecidas, a entrevistada informou que: “as metas surgiram através da necessidade de elevar o nível de aprendizagem das crianças, após mas formações continuadas em serviço. A equipe utilizou os descritores e estabeleceram as metas. Em 2008 estabeleceram a meta, mas só foi atingida em 2011.”

Segundo Marques (2008) o PAIC fez a seleção dos descritores em uma oficina, que contou com a contribuição de técnicos da SEDUC, especialistas em alfabetização, linguística, fonoaudiologia e a avaliação educacional do Núcleo de Avaliação Educacional do programa de pós-graduação da UFC. E, com a cooperação dos participantes concluíram o processo de análise e seleção dos elementos que fariam parte da avaliação, encerrando esse processo com a entrega do instrumento que seria utilizado como pré-teste. Esse instrumento de análise passou por modificações em alguns itens até a elaboração da versão final já aplicado em 2007.

Quanto às considerações, em relação ao PAIC, **no questionamento 6**, “os instrumentos avaliativos no processo de alfabetização foram realizados com o intuito de revelar, com clareza e precisão, o desenvolvimento de cada uma das crianças no processo de alfabetização. Para tanto, a literatura infantil foi um dos caminhos que auxiliaram na aprendizagem, durante o período de alfabetização, proporcionando o prazer da leitura, desenvolvendo a imaginação e a criatividade”, enfatiza a vice-diretora da escola pesquisada.

Para tanto, foi necessário estabelecer um protocolo de avaliação baseado em critérios, o que significa dizer que a ênfase da avaliação é na identificação de algumas competências relativas ao processo de alfabetização, em vez de enfatizar o desempenho de um aluno em relação ao desempenho do grupo de alunos. Estes dois aspectos foram de extrema importância, como instrumento no processo de alfabetização, para garantir o caráter formativo da avaliação.

Explica a vice-diretora que: “o olhar do professor deve ser apurado em relação a escolha dos livros propostos aos seus alunos, pois os personagens, caracterizados

pela figura de animais, ensinam desde a higienização do corpo até o comportamento e a obediência na sociedade.”

Quando Corsino (2009, p. 68) esclarece que algumas obras podem ser classificadas como literatura, afirma que:

Quando há o predomínio de informação nos textos infantis, fecha-se o significado na unicidade do imediatamente compreensível que, ao vir acompanhado de explicações, se coloca na direção oposta à do texto literário.

Assim, os professores ampliaram os seus horizontes e conheceram que a literatura infantil não deve ser somente voltada à magia, mas sim utilizada durante o processo de alfabetização, como estímulo de futuros leitores, pois o interesse e o hábito pela leitura é processo que deve ser iniciado muito cedo, aperfeiçoado na escola e com continuação pela vida inteira.

Assim, duas alunas da EMEIF Professora Edith Braga, da área da Regional VI, foram premiadas no concurso de redação “Se eu fosse Prefeito”, promovido pelo Sistema Jangadeiro de Comunicação. O objetivo do projeto foi trabalhar as crianças para serem futuros leitores.

Participaram do concurso alunos de seis escolas municipais, uma de cada Regional, com idades entre 8 e 10 anos e que colocaram no papel propostas para administrar a cidade. Concorreram cerca de 300 redações e foram selecionadas 12 vitoriosas, e entre elas as meninas da EMEIF Professora Edith Braga, uma com 10 anos e a outra com 9 anos, que cursam o 4º ano da referida escola.

Na entrevista, a vice-diretora informou que: “as vencedoras do concurso ganharam cada uma um computador e seus professores um *tablet*”. Além disso, a EMEIF Professora Edith Braga ganhou mil reais em livros paradidáticos. Para a aluna que ficou em 1º lugar geral no concurso, o prêmio será muito útil para sua educação. “Com esse computador eu vou estudar e treinar minha digitação”, explica a menina. As redações vencedoras foram transformadas em cartilha, comentadas por especialistas e depois entregues aos candidatos à Prefeitura de Fortaleza.

O PAIC continua sendo aplicado nas escolas com o intuito de atingir um número cada vez maior de crianças alfabetizadas, para que elas tenham um desempenho satisfatório durante o seu caminho escolar, pois a educação é importante não apenas para o desenvolvimento qualitativo, mas para o desenvolvimento particular do indivíduo social.

5 Considerações Finais

O Programa de Alfabetização na Idade Certa foi sem dúvida uma iniciativa inovadora e de grande valor. Sua eficácia é demonstrada, pois haviam 60 municípios participantes, e nos dias atuais todos os municípios do Estado do Ceará estão participando do PAIC.

Os responsáveis pelo PAIC e preocupados com o desenvolvimento dos alunos da alfabetização, elaboraram uma nova metodologia pedagógica de ensino, que serve pra auxiliar e fortalecer a aprendizagem do aluno, fazendo com que ele tenha mais interesse pelos estudos diante das atividades exteriores à sala de aula e da metodologia aplicada, diferenciada de todo o material até então utilizado.

A intenção do material era fazer melhorar, desenvolver e acompanhar de forma eficaz a metodologia aplicada pelo programa. Mas deve ser levado em conta o tempo em que o aprendizado levaria para o aprendizado qualitativo, pois o tempo é fator determinante. O material utilizado apresenta em seu conteúdo a ser estudada, por meio de músicas, histórias, brincadeiras em grupo, leituras individuais e também coletivas, de forma que ocorra o desenvolvimento individual e também o social.

O PAIC ultrapassou as tendências esperadas pelas escolas, pelo Governo Estadual e como também pelos organizadores do programa, que fizeram com que o PAIC se realizasse, pois é inquestionável a importância da educação inicial da criança, a alfabetização é que dará a base necessária para o seu desenvolvimento escolar.

Na escola pesquisada é visível o interesse tanto das educadoras quanto das crianças em relação ao material do PAIC, pois supera as expectativas estabelecidas

pelo programa, que aponta o desenvolvimento positivo na aprendizagem, mas também como forma de respostas às necessidades no ensino da alfabetização. Assim, como informou a vice-diretora, a implantação do programa como o PAIC, apontou o desenvolvimento favorável da sociedade, assim como também respostas às suas necessidades.

Tanto a diretora quanto a vice-diretora estão contentes com o desenvolvimento positivo do PAIC, apesar do programa ser provisório, pois foi uma realização bem independente da gestão atual do Governo do Estado do Ceará, significando que na próxima gestão não havendo interesse pode não se responsabilizar com o prosseguimento do programa.

Com base nos relatos da vice-diretora, tem-se a certeza que o Programa Alfabetização na Idade Certa é sem dúvida o pioneiro para a melhoria da qualidade da educação e que a implantação do PAIC, na escola pesquisada, atingiu a meta do eixo da alfabetização, e que foi implantado com êxito, e em curto espaço de tempo, alcançando assim, o objetivo ora delimitado.

As políticas públicas fazem parte do jogo político das ações do Estado, atendendo determinadas demandas sociais.

Referências

BANDEIRA, Pedro. **Participação, Articulação de Atores Sociais e Desenvolvimento Regional**. Texto para discussão n°. 630. Brasília: IPEA, 1999.

BRASIL, Constituição. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, em 16 de julho de 1934**. Brasília, DF: Fundação Projeto Rondon. Disponível em: <<http://www.gov.br>> Acesso em: 05 dez.2012.

BRASIL, Senado Federal. **Lei da Constituição da República Federativa no Brasil**, 1988. Disponível em: <<http://www.gov.br>> Acesso em: 05 dez.2012.

BRASIL, Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases – Lei nº 9.394**. Brasília: MEC/SEF, 1996.

BRASIL, Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Disponível em: <<http://www.pedagogiaenfoco.pro.br>>. Acesso em: 05 dez.2012.

CASTRO, Maria H. G. **Avaliação do Sistema Educacional Brasileiro: tendências e perspectivas.** Brasília: Inep, 1998.

CEARÁ. Assembleia Legislativa do Estado. **Relatório Final do Comitê Cearense para a Eliminação do Analfabetismo Escolar.** Fortaleza: Assembleia Legislativa do Ceará, 2006.

CONDEMARÍN, M; MEDINA, A. **Avaliação autêntica: Um meio para melhorar as competências em linguagem e comunicação.** Porto Alegre: Artmed, 2005.

CORSINO, Patrícia. **Prática Educativa da Língua Portuguesa na Educação Infantil.** Curitiba: IESDE Brasil, 2009.

FERRARI, S. **A criança de seis anos: no ensino fundamental.** Porto Alegre: Mediação, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa.** 7ª. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GUARESCHI, N. *et al.* Problematizando as práticas psicológicas no modo de entender a violência. In: **Violência, Gênero e Políticas Públicas.** Orgs: Strey, M. N.; Azambuja, M. P. Porto Alegre, Ed: EDIPUCRS. 2001.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias Qualitativas na Sociologia.** 4a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica.** 4 ed., São Paulo: Atlas, 2001.

MARQUES, Cláudio, Albuquerque de. PAIC: o pioneirismo no processo de avaliação municipal com autonomia. **Revista Estudos em Avaliação Educacional.** v. 19, n. 41, set./dez., 2008.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ADRIÃO, Thereza (Org). **Gestão, financiamento e direito à educação: análise da Constituição Federal e da LDB.** 3ª ed. São Paulo: Xamã, 2007.

PIRES, Hindenburgo F. **Ethos e mitos do pensamento único global totalitário.** São Paulo: Terra Livre, 2001.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas:** Questões Temáticas e de Pesquisa. Caderno CRH 39: 11-24. 2003.

TOFFLER, Alvin. **A terceira onda:** a morte do industrialismo e o nascimento de uma nova civilização. 26. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade:** Fundamentos da Sociologia Compreensiva. vol. 1. 3ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

WEISZ, Telma. **Alfabetização no contexto das políticas Públicas.** Simpósio 15, 2001. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br>> Acesso em: 05 dez.2012.